

A DIVERSIDADE, A INTERCULTURALIDADE E A FORMAÇÃO DOCENTE

Jacinta Lucia Rizzi Marcom¹

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt²

Resumo: O presente estudo propõe uma reflexão acerca da experiência oportunizada pelo IFSC – Câmpus São Miguel do Oeste, através do Programa “Mulheres SIM”, no ano de 2018, intitulada: “Curso de Educação e gênero: Mulheres haitianas e brasileiras na construção da cidadania numa perspectiva intercultural”. Este curso representa espaço de discussão sobre a necessidade de respeito pelo “outro” no que tange a diversidade e a interculturalidade presentes em sala de aula. Nesta relação, também se traz presente a necessidade de formação pedagógica para o profissional que atua com estes grupos, no sentido de promover o que Gadamer chama de “Fusão de horizontes”, além de ser fundamental na condução de boas metodologias e do sucesso do estudante em sua caminhada escolar.

Palavras chave: Diversidade. Formação docente. Interculturalidade. Programa “Mulheres Sim”.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a experiência institucional realizada pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) - Câmpus São Miguel do Oeste, através do programa “Mulheres SIM”, intitulado: “Curso de Educação e gênero: Mulheres haitianas e brasileiras na construção da cidadania numa perspectiva intercultural”, bem como, problematizar a atuação docente frente à diversidade encontrada neste grupo utilizando um viés hermenêutico. Este estudo está constituído de três seções: na primeira apresenta-se o contexto em que o programa “Mulheres SIM” foi constituído, incluindo as premissas necessárias para fundamentar o tema abordado; na segunda seção destaca-se a importância do olhar sobre as diferenças encontradas em sala de aula e sua relação com a interculturalidade; e por fim, na terceira seção, problematizam-se as dificuldades encontradas pelos professores na execução das atividades propostas pelo programa no ano de 2018, relacionando-os com a formação pedagógica edificada e explicitada com base em conceitos trazidos pela Filosofia Hermenêutica.

¹ Mestranda em Educação, UNOCHAPECÓ; Atuação Profissional: IFSC – Brasil; Grupo de pesquisa: Formação de professores, produção do conhecimento e processos pedagógicos; Bolsista da CAPES. E-mail: jacinta.marcom@ifsc.edu.br

² Mestranda ProfEPT, IFSC; Atuação profissional: IFSC – Brasil; E-mail: adriana.schmitt@ifsc.edu.br

1. O CONTEXTO DO “PROGRAMA MULHERES SIM” ENQUANTO POLÍTICA DE INCLUSÃO

O município de São Miguel do Oeste, como outros da região, vive uma nova realidade: a presença de muitos haitianos que desembarcam aqui em busca de melhores condições de vida. O IFSC- câmpus São Miguel do Oeste, visando cumprir com sua missão de promover a inclusão e formar cidadãos difundindo e aplicando o conhecimento, propôs uma prática transformadora através do programa “Mulheres SIM” intitulada: “Curso de Educação e gênero: Mulheres haitianas e brasileiras na construção da cidadania numa perspectiva intercultural” visando entrelaçar os conhecimentos trazidos pelas duas culturas.

Se o papel social da mulher é fundamental para o fortalecimento de laços na sociedade contemporânea, o presente espaço educativo visa oportunizar a construção de autonomia e geração de renda para um grupo de 15 (quinze) mulheres haitianas e 15 (quinze) brasileiras, que fazem parte da ação proposta. Em sala de aula os professores constroem as trocas de saberes interculturais com foco no conhecimento histórico-cultural, saúde da mulher e da família, ética e cidadania, linguagens, informática, desenvolvimento social e sustentável, vivencia matemática e geração de renda.

De acordo com os princípios norteadores da instituição, definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), “o Programa Mulheres SIM” é uma ação de extensão do IFSC vinculados à PROEX³, que busca a valorização da mulher, o acesso aos direitos, cidadania e possibilidades de geração de renda, ou seja, o empoderamento feminino. O programa é destinado a mulheres que possuem mais de 15 anos, encontra-se em vulnerabilidade social e preferencialmente sem escolaridade.

Desde 2014 a atividade está sendo desenvolvida com públicos estratégicos: mulheres usuárias do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), mulheres em vulnerabilidade social, mulheres agricultoras, e atualmente contando com a diversidade propôs-se o trabalho que envolve mulheres brasileiras e haitianas.

Neste contexto, tem-se presente o papel importante da mulher à frente da família, do mundo do trabalho, dos cargos públicos, enquanto sujeito de deveres e direitos, e mais que

³A Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas (Proex) é responsável por planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio do IFSC com o setor produtivo e a sociedade em geral e coordenar os processos de divulgação e de comunicação institucional.

isso, percebe-se a necessidade de atuar nos grupos sociais que apresentam mais dificuldades para buscar seu espaço na sociedade. As palavras registradas por Rocha-Coutinho (1994, p. 15), dão sentido àquilo que pensamos, quando registra:

Faz-se necessário remover a mulher da posição de obscuridade em que ela se tem mantido por séculos nos livros e compêndios tradicionais de história. Afinal sem ela a história mesmo como tem sido escrita em seu sentido mais amplo e convencional, fica incompleta e, inevitavelmente, incorreta.

No que tange o programa “Mulheres Sim 2018” do IFSC – câmpus São Miguel do Oeste objetiva-se, proporcionar a construção de conhecimentos que auxiliem as alunas no exercício da cidadania, na melhoria de sua qualidade de vida e de sua família, e que contribuam para a geração de renda, a partir do desenvolvimento de atividades embasadas no saber já adquirido, abordando temas contextualizados e de impacto direto no seu dia a dia. Nesta linha sinaliza-se como itinerário formativo a presente proposta:

- **Educação e gênero** – motivar a autonomia e a geração de renda, envolvendo temas como: Conhecimento histórico-cultural; Saúde da mulher e da família; Ética e cidadania; Linguagens; Informática; Desenvolvimento social e sustentável; Vivência matemática; Geração de renda e da família; Ética e cidadania; Linguagens; Informática; Desenvolvimento social e sustentável; Vivência matemática; Geração de renda (Artesanato, Boas práticas para manipuladores de alimentos e Olericultura/Plantas medicinais).

- **Feira de Econômica Solidária:** tem como objetivo o fomento às práticas sustentáveis que promovam o realinhamento e o fortalecimento do desenvolvimento local e a educação inclusiva. Configura-se como uma prática pedagógica na qual as alunas possam refletir sobre o processo de construção quem vem vivenciando e contribuir para a elevação de renda e promoção da inclusão produtiva e social de mulheres.

- **Ciclo de palestras e oficinas:** as temáticas das palestras previstas até o momento estão relacionadas aos direitos humanos, direitos trabalhistas, saúde da mulher e da família, prevenção à violência contra a mulher, direitos trabalhistas, saúde da mulher e da família, plantas medicinais e temperos (complementação da UC Geração de renda: Olericultura/Plantas medicinais, proposto no curso), penteados e desfile (reforçam a cultura haitiana e afrodescentes, a autoestima e o sentimento feminino), comidas típicas haitianas e brasileiras: trocas de sabores e saberes.

O acolhimento destas mulheres aconteceu no mês de junho/2018 através da realização

de uma aula inaugural, que deu a elas o espaço para sentir-se parte daquele ambiente. Num segundo momento foi realizada a entrevista com todas as participantes objetivando investigar o perfil do público-alvo, bem como identificar expectativas em relação ao programa. Num terceiro momento foram ministradas as aulas de cada um dos eixos temáticos, das quais as estudantes participaram. E por último, realizou-se a feira de economia solidária, bem como o ciclo de palestras. Todos estes momentos intensificaram a necessidade de buscar na educação formas para exercer sua cidadania.

2. A DIVERSIDADE E A INTERCULTURALIDADE NA SALA DE AULA

Descrevendo o perfil do grupo de mulheres que fazem parte do Programa em questão, registra-se a existência da diversidade de cultural, bem como, a presença de traços que marcam a diversidade social e a diversidade econômica. Na turma, apenas mulheres. Sua faixa etária é bem variada, mas o maior percentual encontra-se entre 25 a 29 anos, a maioria delas é casada, e viram no curso uma oportunidade de retornar aos bancos escolares, visto que uma grande porcentagem possui apenas o ensino fundamental incompleto.

Outro dado interessante que compõe a dança da vida das pessoas que fazem parte das minorias, é que 86% (oitenta e seis) por cento das estudantes precisaram interromper os estudos em algum momento da vida, principalmente na adolescência, justificando que o motivo principal foi à necessidade de trabalhar. A renda que recebem é oriunda de benefícios sociais: bolsa família, BPC dentre outros, e uma quantidade pequena de mulheres que possuem emprego com carteira assinada ou são servidoras públicas.

Se nos pautássemos na condição da cor, as mulheres declararam serem, em sua maioria, de cor preta, moram em imóveis alugados e a família é composta por mais de cinco pessoas, sendo ainda importante salientar que quase todas as estudantes do programa, estão desempregadas. Observa-se aqui, aquilo que a sociedade mascara o tempo todo e que a escola na maioria das vezes também assina embaixo: as minorias deixadas de lado, num constante reconhecer, mas sem se envolver.

Alicerçados nos valores do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), que se pautam na ética, compromisso social, equidade, democracia, sustentabilidade e qualidade, reafirmamos a relevância da educação enquanto agente transformador da realidade social. O apontamento foi feito pelas entrevistadas quando questionadas se gostariam de continuar os seus estudos, 86% (oitenta e seis) por cento delas afirmaram que “sim”. Também 95%

(noventa e cinco) por cento gostariam de continuar seus estudos no IFSC⁴. Isso reafirma que a instituição tem procurado cumprir seu papel, focada na impressão de maior qualidade ao processo ensino aprendizagem.

A sala de aula enquanto espaço de construção do conhecimento vem se adequando constantemente no sentido de respeitar a diversidade cultural, ainda que seus desafios sejam imensos. De acordo com Silva (2014, p. 73),

[...] na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição. Em geral, a posição socialmente aceita e pedagogicamente recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença. Mas será que as questões da identidade e diferença se esgotam nessa posição liberal?

As leis brasileiras incentivam a valorização da diversidade e da diferença, bem como a ampliação do espaço de discussão sobre tais temas, mas sabe-se que estas relações não são tão fáceis assim e, tão pouco transcorrem com normalidade que se almeja. Silva (2014, p. 75) traduz na seguinte frase a relação entre estes a construção da identidade e a diferença, “assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis”. Neste mesmo sentido, também considera “identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística” (Silva, 2014, p. 76).

Nesta discussão, reconhece-se a expansão das oportunidades educativas, programas e políticas que dão conta de abarcar os vários grupos da população, ou seja, as minorias. Entretanto é pertinente registrar que o acesso não deve ser a única preocupação das instituições escolares, uma vez que apenas o ingresso não determina o sucesso da trajetória escolar, profissional e pessoal daqueles que chegam aos bancos escolares. É preciso olhar para além do que está posto, com o intuito de perceber os elementos que estão implícitos, velados, nos fatos que acontecem no dia a dia das salas de aula.

A redação da Constituição Federal é clara quando considera o direito à educação, em seu artigo 6º, especificando a competência legislativa nos artigos 22, XXIV e 24, IX. Ainda, na parte do título “Ordem Social”, a carta magna responsabiliza a família e o Estado quanto ao acesso, qualidade e organização do sistema educacional. Acrescenta-se à discussão, que este direito está inserido no âmbito dos direitos fundamentais, no contexto dos chamados direitos de 2ª dimensão, nomeados direitos sociais, econômicos e culturais. É de vital

⁴ Estes dados são da pesquisa feita com as mulheres participantes do Programa em agosto de 2018.

importância salientar que os direitos desta dimensão determinam a proteção à dignidade da pessoa humana.

Dallari (1998, p. 69) ao afirmar que “constituíam-se políticas públicas dirigidas a setores sociais, com o fim de efetivar o direito pleno a se poder ter direitos”, chama atenção de que a educação, além de um direito deve ser tratada enquanto meio de produção do saber elaborado e do exercício da cidadania. Todavia, questiona-se: se o preconceito com as minorias está imbricado nas atitudes da maioria dos cidadãos, de que forma, enquanto detentores do conhecimento pode-se contribuir para mudar isso? Fará a educação diferença neste processo?

Com olhar comparativo entre o passado e a contemporaneidade pode-se afirmar, utilizando as palavras de Silva (2014, p. 83) que “fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças”, e não tencionar o fato de todos terem direito a uma educação de qualidade, nos faz autores da exclusão. Se o direito à educação está presente nos diversos documentos aprovados em nível de país, porque ainda se tem cidadãos fora dos bancos escolares, engrossando as estatísticas do analfabetismo? Por que se continua fixando enquanto padrão de direito à melhor educação, a raça branca?

Pensando nestes elementos, sustenta-se, portanto, que trabalhar com a interculturalidade dentro da sala de aula exige que se proponha entender o cidadão enquanto ser humano integral, formado por todos os elementos que compõe sua história, sua vida, seu eu, visto que “o que o sujeito é tem a ver com o lugar onde se insere” (NALLIN, 1994, p. 16). Nesta mesma linha, Silva (2014, p. 82) indica “dividir o mundo social entre “nós” e “eles” significa classificar”. Assim, parece primordial refletir sobre as intenções e ações efetivadas por inúmeros cidadãos, que na condição de seres humanos, se concebem superiores, enquanto pessoas, profissionais e oportunidades.

Para exemplificar as palavras definidas acima, de súbito, me vem à mente que o Instituto Federal de Santa Catarina iniciou suas atividades em São Miguel do Oeste no ano de 2011. Já se passaram oito anos, mas mesmo assim, muitos essencialmente pobres, negros, agricultores, pessoas com deficiências não se reconhecem neste ambiente. Normalmente ouvimos durante nossas campanhas de divulgação a seguinte pergunta: “Eu posso estudar ali?”, “Quanto paga pra estudar nesta escola?”. Estas simples palavras nos indicam que mais do que a falta de informação, os “diferentes” já estão calejados com as cicatrizes das grandes feridas da exclusão, que só serve para as classes desfavorecidas aquilo que é ruim, o que é

inferior.

Quando as mulheres haitianas e as brasileiras chegaram a instituição também fizeram as mesmas perguntas. Percebia-se o encantamento nos olhos de estarem ali, de sentarem nos bancos escolares do Instituto Federal de Santa Catarina, de irem aos laboratórios, de serem tratadas como gente. Mas será que isso é sempre assim? Será que a sociedade reconhece na superação das diferenças o foco para construção de um mundo melhor, mais digno para todas as pessoas?

As leituras e as discussões trazidas para a sala de aula no decorrer das atividades da disciplina “Educação e Diversidades Socioculturais” agregam importante cabedal de conhecimento elaborado, que além de fazer pensar, precisa imbricar as nossas ações, enquanto profissionais qualificados e abastados pela oportunidade de estar num meio acadêmico, ou seja, de não estar nas estatísticas de grupos minoritários. Pois então, isto não é troféu, quando de posse dos saberes as pessoas continuam a insistir em utilizar palavras cheias de significados contra o “outro”, fala-se do racismo. Inúmeras pessoas dizem não ser racistas, mas não é isso que as ações mostram. Silva (2014, p. 93), novamente nos coloca no centro das reflexões e nos chama atenção para algo imprescindível,

Em geral, ao dizer algo sobre certas características identitárias de algum grupo cultural, achamos que estamos simplesmente descrevendo uma situação existente, um “fato” do mundo social. O que esquecemos é que aquilo que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos linguísticos que, em seu conjunto contribui para definir ou reforçar a identidade que supostamente apenas estamos descrevendo.

Utiliza-se a expressão “outro” por várias vezes neste estudo, mas seria pertinente indagar: quem seria esse “outro”? E Silva (2014, p. 97) responde “o outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente”. Quiçá apresentar na sequência alguns aspectos que, de acordo com as discentes, embasam o sentimento de não serem consideradas como “outras”, mas terem na oportunidade de participar do programa “Mulheres Sim” a esperança de um futuro melhor. O Programa prima pela socialização das culturas, troca de saberes, melhoria da comunicação entre haitianas e brasileiras, conhecimento dos direitos fundamentais, acesso ao trabalho e emprego, autonomia e emancipação feminina.

No âmbito dos desafios enfrentados pelas haitianas e também pelas brasileiras em situação de vulnerabilidade destaca-se alguns aspectos que são mais frequentes. O primeiro desafio coloca-se na condição da invisibilidade dos rostos destas femininas. Estas mulheres se tornaram para a sociedade seres invisíveis, sem história, consideradas estranhas em seu país,

ou fora dele. Percebe-se em seus desejos a necessidade de manter viva a cultura, sua identidade, sua origem, sua herança cultural. É nesta troca oportunizada pelos espaços escolares que, haitianas e brasileiras trocam saberes, conhecimentos, informações, motivações, significados.

O segundo desafio encontra-se no conhecimento da informação e no reconhecimento da sua condição enquanto sujeito de direito. A vida destas mulheres é constantemente marcada pela violência doméstica, violência sexual, machismo, maus tratos, além de exploração e discriminação. Por outro lado, a escola enquanto mediadora e executora de políticas públicas deve reconhecer o que há muito tempo já frisa Silvério (2002, p. 220) citado no texto “ação afirmativa, relações raciais e educação básica”, escrito por Ana Lucia Valente, na p. 11, “as políticas universalistas não tem obtido o sucesso almejado porque não vem sendo articuladas às ações específicas”. Faz de suma importância e deveras necessário que políticas públicas sejam mais eficientes e durem para além de um mandato político de determinado candidato.

O terceiro desafio é fazer com que estas minorias sejam protagonistas e interlocutoras de sua própria vida, na sociedade das diferenças, buscando fazer-se respeitadas enquanto seres humanos e cidadãos. Se por um lado vem à tona o que Gohn (2013, p. 95) assim registra, “as mulheres, enquanto “atrizes principais” são também um novo e possível modo de recomposição do mundo”, por outro lado, na maioria das vezes, nos locais em que vivem, não tem vez nem voz. Se as diferenças devem ser reconhecidas pela riqueza das culturas, querer homogeneizá-las e no mínimo um fadonho impasse frente ao projeto democrático.

Reafirmando a relevância do curso para a vida destas estudantes mulheres cita-se através de palavras chaves, suas expectativas, retratadas em uma dinâmica de grupo realizada no decorrer de suas aulas e registradas no seguinte: felicidade, amizade, estudo, força, coragem, igualdade de raça e gênero, expectativas econômicas e diálogo. Sendo assim, podemos concluir que o programa “Curso de Educação e gênero: Mulheres haitianas e brasileiras na construção da cidadania numa perspectiva intercultural” cumpre o seu papel enquanto espaço de desconstrução das relações de poder, reconfiguração do espaço da mulher na sociedade e desconstrução da subalternidade.

Ademais, resta a possibilidade de indignação perante o desrespeito com o “outro”. A xenofobia encarcera a passos largos aqueles que tidos como sem identidade teimam em lutar pela sua sobrevivência. No texto “racismo” de Eduardo Chitas, publicado em 2014, encontramos estampada bela crítica assim descrita,

Não considerando aqui as situações-limite como agressão externa, a dominação de uns povos sobre os outros, ou os fluxos migratórios caóticos, a xenofobia traduz em geral impreparação para compreender e aceitar a diferença e a alternativa numa das suas formas características, a do estrangeiro minoritário. Nessa medida, a xenofobia é também deficiência de autoconhecimento, filha da ignorância, da estreiteza de mentalidade, ou de ambas as coisas.

Indubitavelmente, não é possível encerrar a discussão do tema diversidade e interculturalidade sem mencionar a questão ética: linha mestra que conduz os direitos humanos e princípio fundamental para a existência de uma sociedade democrática. Ao falar de ética e mencionar sua relação com os direitos humanos Alvorí Ahlert, em seu texto, “Ética e Direitos Humanos: princípios educacionais para uma sociedade democrática” o autor descreve,

A velocidade das transformações tecnológicas, e a realidade delas decorrente requerem uma modernidade que defina objetivos e não meios. Objetivos definidos com base em sentimentos humanos, de uma humanidade com efetiva participação, e não de interesses privados. Significa repensar o próprio Estado. Desprivatizá-lo para torná-lo democrático em todo o país. Para que todos tenham acesso ao essencial. Uma ética da liberdade para pôr fim ao apartheid social. Uma vida com qualidade para todos. Uma ciência que responda às necessidades reais de todos e de tudo, humanos e seu entorno ambiental, a biodiversidade.

Ninguém deixa sua terra facilmente, quem migra quer uma vida melhor. Ninguém quer viver uma vida sem as mínimas condições, desrespeitado pelo simples fato de ser quem é. Faz-se urgente repensar a forma de viver coletivamente. É importante constituir-se em Brasil cidadão. É imprescindível educar para a emancipação. Este é o verdadeiro papel de uma instituição educativa que respeita as diferenças e trabalha pela valorização humanitária e pelo compromisso social.

3. A FORMAÇÃO DOCENTE E OS DESAFIOS DIANTE DA DIVERSIDADE E DA INTERCULTURALIDADE

Nos tempos modernos, em que a maioria de nossos profissionais docentes buscam por formação, cabe pensar nos princípios necessários para qualificar sua atuação na perspectiva multicultural. Segundo Barbosa (2007, p.111 apud TEIXEIRA e RIBEIRO, 2012, p. 286),

O conceito intercultural vem sendo desenvolvido a partir da perspectiva das aproximações entre língua e cultura, no processo do ensino e da aprendizagem de língua estrangeira. Trata-se de uma espécie de mediação cultural da qual o aprendente participa, ao mesmo tempo em que reflete sobre sua cultura de origem e sobre a cultura alvo.

A diversidade cultural também é mencionada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) trazendo para a análise a pluralidade étnica encontrada dentro dos ambientes escolares. No programa “Mulheres Sim” atuam vários docentes, que em seus depoimentos traduzem a satisfação de poder ministrar aulas a esse grupo, contudo, muitos também foram os problemas elencados que necessariamente precisaram ser enfrentados para que haja o que Gadamer, na Filosofia Hermenêutica, chama de “Fusão de horizontes” e por consequência, o exercício da cidadania.

Concorda-se que a formação docente é uma das bases para que o trabalho alcance os objetivos previstos na ação educativa, porém, a prática profissional traz ao professor a segurança necessária para fundamentar o exercício de sua profissão em bases sólidas. Neste viés, Nóvoa (2001, p. 25) corrobora afirmando,

É no espaço concreto de cada escola, em torno de problemas pedagógicos ou educativos reais, que se desenvolve a verdadeira formação. Universidade e especialistas externos são importantes no plano teórico e metodológico. Mas todo esse conhecimento só terá eficácia se o professor conseguir inseri-lo em sua dinâmica pessoal e articulá-lo seu processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, um dos problemas enfrentados pelos educadores que ministram aulas no referido programa, aponta para a condição de compreensão de como acontece a construção do conhecimento para as pessoas adultas. Para trabalhar com as diferenças imersas em uma única e heterogênea turma, há necessidade que para além da formação inicial específica que cada um deles possui, se pautem a superação de paradigmas conservadores construídos ao longo do tempo com relação à diversidade cultural. Tangente a isso, Moraes (1997, p.31) explicita que, “paradigma é o modelo, padrões compartilhados, que permite a explicação de certos aspectos da realidade. É mais que uma teoria; implica uma estrutura que gera novas teorias”, e sua quebra acontece sempre no sentido de buscar novos valores para dar conta do momento histórico que se vive.

Outra dificuldade encontrada em relação ao grupo se divide em dois elementos. O primeiro faz referência ao entendimento da língua da cultura haitiana e o segundo traduz-se na necessidade de conhecer a vida das estudantes. O primeiro é fator indispensável para que haja comunicação entre professor e as estudantes, e por consequência o aprendizado. O segundo é fator importante para criação de laços afetivos entre esses dois agentes. Cabe ainda ressaltar que a boa relação entre professor-aluno aumenta a ligação emocional e consequentemente o rendimento acadêmico. Nos dias atuais, na Educação Profissional e Tecnológica não cabe mais um professor que apenas transmita o seu conhecimento aos estudantes, faz-se necessário como afirma Canário (1998, p.22), que “mais do que

transmissor de informação, (o professor seja) um construtor de sentido”, não importando quem ele ensina.

Neste mesmo horizonte, não se pode virar as costas à necessidade de ultrapassar saberes fragmentados decorrentes de um modelo de racionalidade técnica posta em cada disciplina que o docente ministra. Entende-se que este é mais problema enfrentado pelos educadores no que diz respeito à construção do conhecimento exposto às mulheres do programa. Num olhar mais apurado, visualiza-se a necessidade de resgate daquilo que aborda Canário (1998, p.23) articular “as dimensões pessoal, profissional e organizacional, em qualquer ambiente de aprendizagem”. Não basta apenas saber o conteúdo, faz-se necessário saber a melhor forma de construí-lo junto ao estudante. Nestes termos, a formação pedagógica de acordo Veiga (2009, p. 25) tem relevância fundamental neste contexto,

A docência requer formação profissional para seu exercício: conhecimentos específicos para exercê-la adequadamente ou, no mínimo, a aquisição das habilidades e dos conhecimentos vinculados à atividade docente para melhor sua qualidade. Outra característica da docência está ligada a inovação, quando rompe com a forma conservadora de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar; reconfigura saberes, procurando superar as dicotomias entre conhecimento científico e senso comum, ciência e cultura, educação e trabalho, teoria e prática etc.

Há que se rever a carga simbólica expressa pelo conjunto dos saberes formalmente veiculados pela escola. Freire apud Gadotti cita que “A beleza existe em todo lugar. Depende do nosso olhar, da nossa sensibilidade; depende da nossa consciência, do nosso trabalho e do nosso cuidado. A beleza existe porque o ser humano é capaz de sonhar” (2011, p.11). Os bons professores são movidos pelo desejo da boniteza de um sonho, o de empoderar as minorias, por isso acreditam que a educação transcende os limites da sala de aula, pela possibilidade que desperta nos educadores e educandos em desenvolver a autonomia, a emancipação, pautada pela real e significativa construção do conhecimento.

Por fim, para concluir esta eloquente discussão, afirma-se com segurança, que só existirá “fusão de horizontes”, quando docente e discente caminharem na mesma direção, falarem a mesma linguagem, dialogarem, se encontrarem. Gadamer (1998, p. 43) afirma que deveras é importante “reconhecer no estranho o próprio e torná-lo familiar, [...] cujo o ser não é senão o retorno a si mesmo a partir do ser do outro”, ajustando a necessidade de reconhecer-se no “outro” para superar a condição egocêntrica da existência de uma raça pura e superior.

As estudantes mulheres, ora definidas enquanto público-alvo do programa, muitas vezes não entendiam a linguagem do professor, suas explicações, suas considerações e por conta disso, não internalizavam o conhecimento. Os professores, por sua vez, sentiam

dificuldade em comunicar-se com elas em função do não domínio da língua das estudantes, além de não conseguir fazer com que elas superassem a timidez, para participarem das aulas ativamente. Entretanto, em nenhum momento desistiram de serem os “catalisadores” no sentido de conduzi-las a fundir seus horizontes com os horizontes das alunas.

Outro fator importante que destaca a necessidade da formação para os professores é o fato de também não terem metodologias construídas para este trabalho. O docente, não conseguia fazer-se compreender, fazer com que elas apreendessem os conteúdos apresentados, nem sempre deram conta de adequar o currículo à cultura e aos conhecimentos trazidos por elas. Perrenoud (2000) relembra que na implantação de qualquer proposta pedagógica que tenha implicações em novas posturas frente ao conhecimento, conduzindo a uma renovação das práticas no processo ensino-aprendizagem, a formação continuada de professores assume um espaço de grande importância.

Nesta relação de diversidade e interculturalidade é consenso que, muito se tem ainda a evoluir para qualificar a formação na perspectiva multicultural. Freire (1996, p. 98) acrescenta que “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo” e mais que isso, faz-se necessário, que o docente da Educação Profissional e Tecnológica possa tornar-se “hábil em descortinar os horizontes escondidos por trás das aparências” (PIMENTA e GHEDIN, 2010, p. 142), dando novo sentido à metodologia aplicada no decorrer das atividades realizadas.

Esta experiência teve efeitos positivos na vida das estudantes mulheres, no entanto é pertinente considerar a necessidade de que para além do trabalho educativo efetivado com as elas, a escola possa pensar em estratégias para atingir o seu entorno familiar, ou seja, encontrar alternativas para que o programa também chegue aos companheiros, maridos, esposos das mesmas, uma vez que na maioria dos casos de assédio, exploração sexual, estupro, tortura, violência psicológica e agressões são cometidos por parceiros ou familiares. Ademais, vários especialistas que estudam tal situação apontam que a escola pode ser um importante elo capaz de propor mudanças na vida das mulheres e dos que vivem com ela.

Reflexões Finais

Considerando que o tema imbrica diversas polêmicas deixa-se algumas importantes considerações pautadas nos aprendizados propostos pela discussão de sala de aula com os colegas e os professores, além de resquícios das palavras que batem forte, retiradas das

leituras feitas de autores diversos que ajudaram a problematizar conceitos que se entrelaçam na experiência aqui apresentada, as quais se assentam sobre o tripé: direitos humanos, ética e diversidade.

Os direitos humanos estão apresentados na legislação e para tanto devem ser entendidos como garantias, que atrelados à ética guiam o seu cumprimento. Quanto à diversidade cultural, a assimetria de oportunidades não corresponde a uma sociedade cidadã, assim, pressupõe-se que enquanto sujeitos possamos reconhecer a igualdade e o respeito por todas as culturas.

No que tange a formação docente, é inspirador afirmar que ela, enquanto proposta deve ampliar sua base epistemológica e aprimorar o processo crítico-reflexivo da prática de sala de aula, para que com base no respeito à diversidade consiga evoluir e dar suporte aos profissionais no sentido de fazer bem sua ação educativa para que todas as pessoas que chegam às escolas, sejam elas pertencentes às maiorias ou às minorias, saiam dela empoderadas, emancipadas.

Para finalizar, sobressaltam-se aos olhos, os conceitos que dão base à Filosofia Hermenêutica. Nesta linha, arrebatam-se o termo “fusão de horizontes” e ousa-se afirmar a necessidade de ser ele o ponto de partida para o aprendizado dos estudantes e posterior sucesso dentro e fora dos ambientes escolares, uma vez que é da “fusão do horizonte” do docente com o horizonte do discente que se constrói o conhecimento. Gadamer (1998, p. 135), foi feliz ao confirmar que o saber docente acontece “na prática refletida, na (ação-reflexão) que este conhecimento produz, na inseparabilidade entre teoria e prática”.

Tem-se, com certeza, um longo caminho a percorrer, para qualificar a prática docente e sua relação com a diversidade, mas os desafios devem nos colocar em movimento no sentido de sermos responsáveis pelo projeto emancipatório que se quer, capazes de lutar pela justiça social e por oportunidades para todos os cidadãos. Para finalizar, se faz uso das palavras de Dallari (1998, p.47) afirmando que “a educação é um processo de aprendizagem e aperfeiçoamento, por meio do qual as pessoas se preparam para a vida”. Este é um grande objetivo, por isso se estuda, discute, apreende. Por isso se tem claro que “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação” (FREIRE, 1996, p.35). Por isso se busca capacitação e também por isso se quer uma educação que respeite a diversidade e a interculturalidade.

Referências

AHLERT, Alvorí. **Ética e Direitos Humanos: princípios educacionais para uma sociedade democrática**. Disponível em < <https://webs.ucm.es/info/nomadas/16/alvoriahler.pdf>>
Acesso em: Acesso em 29 de novembro de 2018.

CANÁRIO, R. **A Escola: o lugar onde os professores aprendem**. Psicologia da Educação: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 6, p. 9-27. 1998.

CHITAS, Eduardo. **Racismo**. Disponível em <https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Racismo/53499335.html> Acesso em: 31 de outubro de 2018.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Tradução Flávio Paulo Meurer. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 7 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

NALLIN, A. **Reabilitação em instituição: suas razões e procedimentos. Análise de representação do discurso**. Brasília: CORDE – Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, 1994.

NÓVOA, A. (2001). **Professor se forma na escola**. Nova escola, 142. Maio.
Perrenoud, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Artmed, 2000.

PIMENTA, S.G.; GHEDIN, E. (orgs). **Professor Reflexivo no Brasil: Gênero e crítica de um conceito**. São Paulo: 2 ed. Cortez, 2002.

ROCHA-COUTINHO, M.L. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

TEIXEIRA, C. S. dos; RIBEIRO, M. A. (2012) **Perspectiva intercultural no ensino de línguas**. Disponível em < <https://portalseer.ufba.br/index.php/estudos/article/viewFile/14816/10163>> Acesso em: 08 de novembro de 2018.

VALENTE, Ana Lúcia. **Ação afirmativa, relações raciais e educação básica**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a06n28.pdf>>, acessado em 09/11/2018.

VEIGA, Ilma Passos A. **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas: Papyrus, 2009.

⁵Agradecimentos especiais a CAPES e a UNOCHAPECÓ



⁵ Estas instituições auxiliaram na realização do mestrado em Educação.